

LEI Nº 2.235 DE 22 DE JUNHO DE 2.005

**“DISPÕE SOBRE DOAÇÃO COM ENCARGOS DE TERRENO URBANO DA
MUNICIPALIDADE A EMPRESA SERGIO LUIZ SOLLIS ME, INSCRITA NO CNPJ/MF
Nº 03.766.175/0001-00, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

ANTONIO ALVES DA SILVA, Prefeito Municipal de Parapuã, Comarca de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARAPUÃ, APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA em redação final a seguinte Lei:-

***Artigo 1º** - Fica a Prefeitura Municipal de Parapuã, autorizada a fazer a doação com encargos de um terreno urbano, localizado na Marginal Casul – Via de Acesso –Parapuã, com área de 2.250,00 m², de propriedade do Município, a Empresa **SÉRGIO LUIZ SOLLIS – ME**, inscrita no CNPJ/MF Nº 03.766.175/0001-00, cuja área destinar-se-á ao Comércio Varejista e Conservação de Rodovias. Será construída uma área coberta de 40,80 m².*

***Parágrafo Único** – A área do terreno de que trata este artigo foi avaliada em R\$ 12.000,00 (doze mil reais), cujo memorial descritivo anexo fica fazendo parte integrante desta Lei, contendo as seguintes medidas e confrontações: frente 30,00 metros com a referida Marginal, de um lado, do lado direito de quem olha de frente para o terreno 75,00 metros com terreno da municipalidade, do outro lado, do lado esquerdo de quem olha de frente para o terreno, 75,00 metros com terreno da municipalidade, e finalmente aos fundos 30,00 metros com área da Casul, totalizando uma área de 2.250,00 m².*

***Artigo 2º** - O donatário terá o prazo de 01 (um) ano, a partir da publicação da Lei Municipal autorizadora da doação da área, para conclusão da obra, instalação e funcionamento no empreendimento mencionado no “caput” do artigo 1º, não podendo ser alterada a atividade no mesmo prazo de que trata o artigo 4º.*

***Parágrafo Único** – Caso ocorra o não cumprimento do prazo previsto no “caput” deste artigo, o imóvel será revertido à administração doadora ficando a critério do Legislativo, mediante provocação do interessado, a concessão e fixação de novo prazo.*

***Artigo 3º** - A lavratura da escritura definitiva de doação somente será outorgada ao donatário quando do início das atividades previstas nesta Lei.*

***Artigo 4º** - Da escritura de doação deverá constar cláusula expressa de que a donatária poderá alienar por atos “Inter-Vivos” e transferir mediante sucessão legítima ou testamentária, inclusive admitir hipoteca e qualquer outro gravame, sempre salvaguardando o*

LEI Nº 2.235 DE 22 DE JUNHO DE 2.005

prazo mínimo de 05 (cinco) anos de funcionamento das atividades sob pena de reversão ao Patrimônio Municipal.

***Artigo 5º** - No caso de reversão do imóvel para a municipalidade não será devida qualquer tipo de indenização para a donatária, bem como eventuais construções e/ou benfeitorias que não puderem ser retiradas ou desmanchadas pela interessada e às suas expensas, serão incorporadas à área.*

***Artigo 6º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

Prefeitura Municipal de Parapuã, 22 de Junho de 2005

ANTONIO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal Parapuã

Publicada e registrada em livro próprio na Secretaria da Prefeitura Municipal de Parapuã e afixada em lugar de costume na data supra.

NATÁLIA DUARTE DE OLIVEIRA MELO
Técnica em assuntos extra judiciais